

Ontem, nesse roubo, praticamente 11 veículos foram destruídos durante a fuga dos criminosos. Passaram pelo ABC e acabaram na zona leste de São Paulo. O interessante é que muita gente não coloca na ponta do lápis o prejuízo que isso traz. Nós tivemos carros, caminhonetes e caminhões destruídos. Creio que, em danos materiais, podemos calcular uma média de 700 mil reais a um milhão de reais jogados fora, ontem, nessa fuga dos criminosos. Não sei se eles chegaram a realizar o roubo, se conseguiram levar o dinheiro da Protege. Mas, enfim, é um problema que a cada dia se agrava.

E onde está a Polícia? Onde está a Segurança Pública? Quero aqui deixar bem claro, dizer que a Polícia está amarrada. A Polícia está sem atuação. A Polícia não tem como agir. Primeiro, por causa dessa nossa lei hipócrita, essa nossa lei retrógrada que só protege criminoso; o policial não consegue agir, porque quando ele age contra o crime, não faltam pessoas ligadas ao crime, porque, para mim, quem defende o crime só pode estar ligado ao crime.

Eu defendo o cidadão de bem. Eu defendo o policial. Eu defendo o trabalhador. Por quê? Porque estou ligado ao cidadão de bem, estou ligado ao trabalhador, estou ligado ao policial. Agora, não consigo entender um parlamentar vir aqui defendendo bandido, em nome dos chamados direitos humanos. Para mim, quem defende bandido no mínimo está ligado ao crime, está ligado ao bandido. Acho que sou muito inocente, coronel José Paulo, porque não consigo entender uma pessoa defender um criminoso sem qualquer interesse. Nós que somos trabalhadores, nós, pessoas que pagamos os nossos impostos, nós, que lutamos para trabalhar no dia a dia, somos vítimas do crime também. Então, quando a pessoa vem aqui, ou em qualquer lugar, defender um criminoso, alguma intenção ele tem. Não é de graça.

Assusto-me em ver a situação a que chegamos em São Paulo. Lembro que quando eu era tenente de Rota, nos anos 90, iamos dar entrevista no programa do Afanasio Jazadjji, que foi deputado aqui, e no programa do Conte Lopes, que também foi deputado aqui. Falávamos, naquela época, que São Paulo não iria virar um Rio de Janeiro. Vou falar uma coisa: não só está ficando igual, se não estiver pior. Está feio o negócio. O que me assusta é a inércia das autoridades. Ninguém faz nada para mudar as leis; ninguém faz nada para valorizar a Polícia; ninguém faz nada para proteger o cidadão. Aqueles que fazem e se apresentam são chamados de fascistas, de violentos, ou seja, os violentos somos nós, não os criminosos.

Então nós precisamos mudar essa situação. Vi hoje um programa na Record e os próprios reportes falavam da situação insustentável do estado de São Paulo, da cidade de São Paulo. A Segurança Pública tem que reagir à altura. E quando falo em reagir à altura é combater o crime de frente. Não dá para combater o crime de costas. Combater uma pessoa que está com um fuzil na mão é trocar tiro com ladrão, sim. É enfrentar o ladrão, sim. Não dá para ficar tomando tiro de ladrão e ficar escondido. Ou enfrentamos ou nos acordamos. A nossa Justiça tem que se apresentar, a nossa Segurança Pública tem que trabalhar com uma Polícia forte e atuante, e liberar a Polícia para trabalhar, e valorizar o policial. Hoje, um policial, quando responde um processo na Justiça, é obrigado a vender o carro, a casa para pagar o advogado, porque o Estado não valoriza o policial. O policial não tem proteção. Ele trabalha para o Estado, luta pelo Estado, toma tiro pelo Estado, morre ou mata pelo Estado, mas não tem a proteção do Estado. E nesta Casa temos um projeto, se não me engano do deputado Welson Gasparini, que tem nosso apoio, visando uma Defensoria para os funcionários públicos, não só para os policiais militares.

Quero dizer aqui que não estou conformado com a situação de São Paulo. A Segurança Pública está muito retida, muito amarrada. Ou nós trabalhamos da maneira correta contra o crime, ou então quem vai sofrer é toda a população do estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 45 minutos.

\*\*\*

## 19 DE AGOSTO DE 2016 110ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidentes:** CARLOS GIANNAZI e JOOJI HATO
**Secretário:** CORONEL TELHADA

### RESUMO

#### PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHADA

Comenta o desempenho de militares brasileiros nas Olimpíadas de 2016. Discorre sobre guerra na Síria, fazendo paralelo com a violência urbana no Brasil. Cita o caso de suposto assalto sofrido por nadadores norte-americanos durante a Rio 2016. Reitera sua contrariedade com os chamados ‘pancadões’.

3 - JOOJI HATO

Assume a Presidência. Convoca sessão solene a realizar-se no dia 23/09, às 20 horas, com a finalidade de "Prestar Homenagem ao Doutor David Uip, Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, com a outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo", por determinação do presidente Fernando Capez.

4 - CARLOS GIANNAZI

Crítica a política do governo estadual em relação à extinção dos institutos de pesquisa e a privatização de seus bens. Afirma que essas ações devem ser debatidas com toda a sociedade antes de serem implementadas.

5 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

6 - JOOJI HATO

Discorre sobre a crise econômica, afirmando que o parque industrial brasileiro está sucateado. Considera que a solução está no aumento das exportações e no incentivo à geração de energia elétrica de fontes renováveis a fim de se baratear os custos da indústria.

7 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

8 - CARLOS GIANNAZI

Crítica as medidas propostas pelo governo federal para o ajuste fiscal dos estados da Federação. Afirma que as áreas públicas mais prejudicadas serão a Educação e a Saúde. Combate as propostas chamadas de "Escola sem Partido", em tramitação no Congresso Nacional e nesta Casa, convidando a todos para audiência pública a ser realizada acerca do tema.

9 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE JOOI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 22/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessões solenes: hoje, às 19 horas, para "Comemoração dos 105 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus; e na segunda-feira, dia 22/08, às 10 horas, com o objetivo de "Prestar Homenagem ao Exército Brasileiro e ao seu Patrono, Marechal Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias". Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convído o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\*\*\*

- Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Jooji Hato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, hoje de manhã eu estive em São Bernardo do Campo, no Comando de Policiamento de Área M-6, com o coronel Cortez e com o major Ricardo Jun. Nós estivemos lá conversando com uma parcela da população, procurando minimizar problemas que estão ocorrendo na cidade de São Bernardo do Campo, com relação à criminalidade.

Eu quero agradecer a recepção que o coronel Cortez nos proporcionou junto ao Major Jun e a outras pessoas, outros policiais. Quero mandar um abraço para todos aqueles queridos policiais.

Também quero, como policial militar, parabenizar mais uma conquista nas Olimpíadas de duas sargentos da Marinha. Uma delas, inclusive, é filha do Torben Grael, que é uma sumidade na vela.

As duas sargentos foram ontem premiadas com medalhas de ouro. Trouxeram mais duas medalhas para o Brasil. Como sempre, honrosamente, na hora de a bandeira nacional ser hasteada, prestaram a continência regulamentar à bandeira nacional. Isso incomoda muita gente, mas eu não estou preocupado com isso também. Quero mais é que fiquem incomodados mesmo.

É a sargento Martine Grael, filha de Torben Grael, e Kahena Kunze. São duas sargentos da Marinha do Brasil.

Também queria comentar uma coisa que rodou ontem nas redes sociais. Temos um problema sério na guerra da Síria. Circulou uma foto de uma criança de cinco anos vítima de um bombardeio aéreo. Às vezes nós achamos que estamos tão distantes disso, mas não estamos.

Infelizmente, hoje a globalização atinge o mundo todo. A violência ocorre em todo o globo. O que aconteceu com essa criança, o jovem Omran Daqneesh, de cinco anos, é uma situação terrível. Parece tão distante, mas pode acontecer um dia com nossos filhos e com nossos netos.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

\*\*\*

Também quanto às Olimpíadas. Foi comentado nas redes sociais o problema ocorrido com os americanos que se diziam vítimas de uma violência no Rio. Nós sabemos que, infelizmente, no Rio prospera a violência. Nós sabemos dos problemas sérios que temos no Brasil.

Esses atletas americanos até disseram que foram vítimas de extorsão por parte de policiais. Como a polícia brasileira está desacreditada de uma maneira tão forte em todo o mundo, a história foi engolida. Só que caiu por terra toda a versão desses jovens americanos.

Eu não sei se foi por causa de cachaçada, bebedeira ou com medo de apanhar da namorada, mas esses americanos acabaram inventando essa história e envolvendo a polícia do Rio de Janeiro.

Ficou agora comprovado que era uma grande mentira, que não tinha nada a ver. Então quero dizer para tomarmos cuidado com o que nós lemos e ouvimos. As coisas que vêm até nós devem ser selecionadas. Hoje, através da mídia social, da imprensa, da internet, chegam muitas informações, e nem todas são verídicas, e causam um prejuízo e um mal-estar muito grande.

Estou saindo daqui e indo para a Secretaria de Segurança Pública, para conversar com o Dr. Márgino Alves Barbosa Filho, nosso secretário. Entre vários assuntos, quero comentar sobre um assunto que o nosso assessor da Liderança do PSDB, o Vagner, me trouxe.

É sobre os pancadões. Hoje foi publicada uma matéria no UOL. Aliás, o UOL é uma rede que adora defender essas coisas, mas está começando a criticar também, porque chegamos a um ponto no qual o incômodo está muito grande.

A matéria fala sobre os pancadões, os problemas: "Pancadões universitários crescem e tiram sono de moradores em SP". Agradeço ao Wagner pela assessoria. Pois é, está terrível a situação.

Hoje, o cidadão não consegue dormir, o cidadão tem de trabalhar e não consegue descansar para trabalhar no dia seguinte. É sexo na rua, é violência, drogas, armamento pesado nas ruas, tudo errado, desordem pública e a nossa lei, como sempre, não pode fazer nada. E temos a Lei 16049, fruto de um projeto de autoria do deputado Coronel Camilo e deste parlamentar, só que até o momento - pasmem - passados oito meses, ainda não foi regulamentada.

Portanto, saio daqui para uma reunião com o secretário - já passei o nosso pedido ao governador - para pedir a regulamentação desta lei, porque é uma das poucas ferramentas que a Polícia tem para combater esses famigerados ‘pancadões’, que não deixam o trabalhador descansar e estão aumentando a violência no estado de São Paulo e no Brasil. Já tivemos não foi nem um nem dois policiais mortos. Vários policiais foram mortos em ações contra esses ‘pancadões’. Precisamos que esta lei seja regulamentada para que a Polícia Militar possa trabalhar forte contra esse tipo de violência e desordem urbana.

Sr. Presidente, solicito que cópia do meu pronunciamento seja encaminhada ao senhor governador e ao senhor secretário de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - A Presidência solicita à ATL providências em atendimento ao pedido do nobre deputado Coronel Telhada.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência, nos termos do Art. 18, inciso I, letra ‘r’, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoca V. Exas. para uma sessão solene a realizar-se no dia 23 de setembro de 2016, às 20 horas, com a finalidade de prestar homenagem ao Dr. David Uip, secretário da Saúde do estado de São Paulo, com a outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do estado de São Paulo.

Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia, ontem foi realizada aqui na Assembleia Legislativa uma audiência pública para debater o PL 328/16, uma audiência pública chamada às pressas, sem nenhum tipo de divulgação. O PL 328 dá continuidade ao desmonte do estado, à privatização do estado, que vem desde a época de Mário Covas aqui em São Paulo. E esse processo tem prosseguimento agora com o PL 328.

Recentemente tivemos a aprovação de um projeto de lei do Alckmin que privatizou os parques estaduais, as florestas, as cavernas. Anteriormente a aprovação de projetos vendendo os nossos institutos de pesquisa, com a Fundap, o Cenpec, que foram entregues, privatizados. Esta tem sido a política deste governo. Nós estamos perplexos porque, na verdade, o governo está tentando aprovar este PL 328 à toque de caixa. O projeto privatiza 79 terrenos e imóveis do estado, sobretudo áreas de pesquisa, localizados principalmente na área agropecuária, áreas ligadas à Secretaria da Agricultura e algumas delas no próprio Centro Paula Souza. Temos quatro Etecs e duas Fatecs envolvidas nesse processo.

Ontem, então, tivemos a realização dessa audiência pública, chamada às pressas pela Assembleia Legislativa - logicamente a serviço do Executivo - porque este projeto para ser aprovado, essa entrega do patrimônio público, deveria ter passado por uma audiência pública, mas não passou. Tanto é que o deputado Carlos Neder, a pedido do movimento, entrou com uma ação na Justiça e ganhou uma liminar por um tempo determinado, suspendendo a tramitação do projeto 328.

O Estado recorreu, logicamente, através da PGE, ganhou, derrubou a liminar e o projeto voltou a tramitar. Agora o Governo, para não criar confusão, resolveu chamar essa audiência pública às pressas. Não teve muita participação até porque não houve tempo de mobilização, mas, de qualquer forma, todas as pessoas que fizeram intervenções se colocaram radicalmente contra, apresentando argumentos, fundamentos e demonstrando na prática que a aprovação desse projeto estaria afrontando a pesquisa e a Educação do estado de São Paulo. É disso que se trata o projeto 328.

Vários relatos foram feitos mostrando a produção científica, a produção e a pesquisa que são feitas nessas áreas que o governador quer vender, privatizar. É um absurdo. É mais um crime contra o patrimônio público.

Nós, do PSOL, já nos manifestamos totalmente contra a aprovação desse projeto. Vamos obstruir a votação, votar contra e apelamos aos deputados e deputadas para que façam o mesmo. Aprovar o 328 é uma afronta à pesquisa, ao ensino e à Educação do estado de São Paulo. Muita gente pergunta se afeta a Educação, também a Educação, porque temos seis equipamentos de ensino que serão prejudicados. Quatro Etecs serão prejudicadas e duas Fatecs do estado de São Paulo.

O Governo Alckmin não tem mais limite, ele perdeu a noção das coisas, tanto é que nem quis fazer uma audiência pública, queria aprovar o projeto a seco, só está fazendo agora porque teve essa intervenção da Justiça que, pelo menos por um tempo, suspendeu a tramitação do projeto.

O Governo se sentiu ameaçado, foi alertado e apresentou aqui um pedido de audiência pública, como eu disse, às pressas, de afogadilho. Ontem fizemos intervenções, eu participei e ouvi, sobretudo, os relatos de pesquisadores, cientistas e servidores que trabalham na Secretaria da Agricultura e em vários espaços de pesquisa.

Percebemos ali que, mesmo sem financiamento do Estado - porque o estado de São Paulo não financia pesquisa para valer, esses institutos, essas pessoas que foram fazer relatos do que estão desenvolvendo não tem financiamento, é tudo muito precarizado -, mesmo com a omissão do Estado, essas pessoas, por conta própria, conseguem oferecer pesquisa, conseguem realizar pesquisa e oferecer ensino de qualidade nas nossas escolas, nas nossas Etecs e Fatecs.

Assim, quero registrar aqui nossa contrariedade e nossa luta contra a aprovação do Projeto de lei nº 328 que, como eu disse, é uma afronta à pesquisa e à Educação no estado de São Paulo.

Faço um apelo também, não só aos deputados - a quem já fiz -, mas, sobretudo, à população que está nos assistindo, ao telespectador, para que pressione o deputado estadual em que votou, para que ele vote contra o projeto 328, porque, se ele votar a favor, ele estará votando contra você, contra a pesquisa, contra a Educação e contra o patrimônio público.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.)

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Nobre deputado Carlos Giannazi, que preside esta sessão, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alesp, assomo a esta tribuna no dia de hoje para dizer que nosso país vive uma crise econômica, social e política de grande porte, sem precedentes na história.

Nosso parque industrial hoje está sendo sucateado. Vejo, por exemplo, no ABC, várias e várias fábricas que fecharam. Recentemente, uma semana atrás, a Mercedes Benz demitiu vários chefes de família, vários trabalhadores. Se já temos cerca de 12 milhões de desempregados, com essa demanda cada vez mais reprimida na geração de emprego, de 12 milhões iremos parar em quanto?

Nossas empresas estão fechando cada vez mais, nossas indústrias estão cerrando as portas. E não são fábricas de dois, três, cinco mil metros quadrados não, são fábricas de dimensões enormes. Vemos essas empresas e fábricas sendo fechadas e imaginamos quantos trabalhadores ficaram desempregados.

Este país, sonhado por todos nós, tem uma riqueza enorme de recursos naturais. Fico pensando por que não podemos aumentar a exportação. O mundo hoje está passando necessidade, está passando até fome. Temos um país abençoado por Deus, com uma extensão territorial muito grande, com muitas riquezas naturais. Temos a maior bacia hidrográfica do mundo.

Um setor que ajudaria muito as nossas indústrias, barateando o custo de nossos produtos e aumentando o poder de exportação, é o da Energia. Quando homenageamos nesta Casa as vítimas de Hiroshima e Nagasaki, eu disse que sou contrário à bomba atômica e também à usina atômica. Usinas atômicas usam armas letais que podem destruir o planeta Terra, e temos uma usina atômica em Angra dos Reis, por exemplo.

Vários países detêm essa tecnologia da usina atômica, mas por que instalar uma em nosso país? Por que Angra dos Reis? Essa usina não representa nem 1% da energia utilizada em nosso país. Somos um país riquíssimo em energia. Temos energia eólica e temos a maior bacia hidrográfica, portanto temos energia hídrica, que é fomentada por nossas represas, por nossos rios e que pode certamente suprir a necessidade de energia.

Se não bastam a energia eólica e a energia hídrica, temos o que o mundo não tem, que é uma alternativa ao petróleo: a cana-de-açúcar. Temos também a energia que Deus nos deu, uma energia maravilhosa, limpa, que é a energia solar. Imaginem, telespectadores da TV Alesp, deputados que estão me ouvindo, se nós colocássemos, por exemplo, captadores de energia solar sobre rios. Temos tantos rios! Isso permitiria que nossas empresas pagassem menos pela energia elétrica utilizada.

Viajarei em breve para o interior por cerca de 600 km. Tem lá uma captação de energia solar piloto em cima de rios. Precisamos trazer isso para o estado de São Paulo para baratearmos o custo do nosso produto. Assim, poderemos exportar e competir no mercado internacional.

A luz elétrica é muito cara e precisamos barateá-la. Não é preciso construir tantas usinas elétricas porque a sua energia é cara. A Usina Atômica de Angra dos Reis ameaça os dois grandes centros: Rio de Janeiro, sede da Olimpíada, e São Paulo. Há muitas outras cidades intermediárias também.

Irei atrás dessa tecnologia, da energia solar. Ela pode ser instalada em próprio terreno e temos muita terra e locais muito ensolarados que podem servir como plataformas fixas. Nem é necessário utilizar os telhados. As indústrias precisam de grande quantidade de energia e podemos, então, utilizar os nossos rios, as nossas represas, as nossas reservas hídricas para captar a energia solar.

Isso ajudará a todos os brasileiros em todos os sentidos. Poderemos exportar para o mundo não só alimentos, mas também eletrodomésticos e carros, pois temos tecnologia avançada que poderá ajudar o mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, de volta a esta tribuna gostaria de dizer que a Educação Pública brasileira está sendo atacada de todos os lados. Do ponto de vista do seu financiamento, nós estamos acompanhando e lutando contra a aprovação da PEC 241 na Câmara dos Deputados. É a Proposta de Emenda à Constituição Federal que limita o gasto público. Na prática, haverá limitação do investimento em áreas sociais como Educação, Saúde e Segurança Pública, principalmente às áreas que têm vinculações obrigatórias.

A Educação, pela Constituição Federal, tem de investir 18% do Orçamento na área; estados e municípios, no mínimo 25%, ou o que constar nas suas respectivas Constituições Estaduais, ou Leis Orgânicas Municipais. A Saúde também: os municípios são obrigados a investir no mínimo 15%, e os estados 12 por cento. O fato é que a PEC 241, que compõe o ajuste fiscal, a retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, reduz o investimento, limitando por 20 anos o investimento. No caso, na Educação Pública.

Isso praticamente inviabiliza o Plano Estadual de Educação, as metas do Plano Nacional de Educação que apontam no sentido de que teremos de dobrar o investimento na Educação Pública no País: de 5% para 10% do PIB até o final da década, até 2024. Esse ataque é mortal para a Educação.

Temos também o ataque dessa proposta anacrônica, conhecida como Escola sem Partido, que na verdade o movimento tem partido, sim. Os grupos que defendem, as pessoas que organizam esse movimento, os deputados que apresentam esses projetos no Parlamento brasileiro, seja em Brasília, seja aqui em São Paulo ou em qualquer estado, em qualquer Câmara Municipal - os vereadores também estão apresentando - têm partido: partido de direita, partido conservador, são pessoas ligadas ao fundamentalismo religioso.

Sabemos que essas pessoas têm lado e têm um partido, o partido do pensamento único, que representa um verdadeiro atraso para a Educação brasileira. Aqui em São Paulo também tramitam praticamente três projetos, que na verdade sofreram uma derrota. Dois deles foram derrotados na Comissão de Educação, nesta semana. Tive a honra de ter apresentado parecer contrário a esses projetos. O nosso parecer foi aprovado por todos os membros da Comissão de Educação. Então o projeto foi já desmoralizado. Ele ficou extremamente enfraquecido aqui na Assembleia Legislativa. Mas ele tramita em outros lugares também. Há projeto no Senado, na Câmara dos Deputados, em Assembleias Legislativas, em Câmaras Municipais.

Queria só alertar a população que nós, professores, nós, educadores, somos contra, logicamente, à doutrinação partidária dos nossos alunos. Somos contra o proselitismo partidário. Logicamente o professor não pode fazer propaganda do seu partido político. Ele tem que respeitar. Mas não é disso que trata o projeto Escola sem Partido. É outra coisa. Esse movimento escolheu esse nome porque tem apelo, porque todos são contra, realmente, à doutrinação partidária nas escolas. Somos contra; entendemos, sim, que a escola tem que discutir política, cidadania, ética, cultura, diversidade sexual, identidade de gênero, ela tem que tratar de todos esses temas. Tem que tratar a questão do combate à homofobia, à violência contra as mulheres. É o papel da escola. Isso já está na legislação, consta do Plano Nacional de Educação, na LDB, na Constituição Federal. Então não há novidade em relação a isso. Agora, esse projeto é extremamente nefasto, porque tenta jogar a comunidade contra o Magistério.

Por exemplo, o Projeto 1301, em seu Art. 6º, § 1º, determina que as escolas fixarão nas salas de aula uma placa, contendo já até a medida. O projeto é tão detalhista que já determina que essa placa tem que ter 70 centímetros de altura e 50 de largura, com fonte compatível com as dimensões adotadas na placa, já com as proibições, dizendo o que o professor não pode falar em sala de aula, já instituindo uma censura. E se por acaso o professor transgredir essas determinações, ele poderá ser denunciado pelos alunos, pelos pais, por outros professores, por funcionários.